

SINDPOL







<u>LEGISLAÇÃO</u>

<u>LEI COMPLEMENTAR n.º 51, DE 20 DE DEZEMBRO</u> DE 1985

Presidência da República Casa Civil.

Subchefia para Assuntos Jurídicos

(Vide art. 103 da Constituição)

Dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal.

(Vide § 4º do art. 40 da Constituição Federal

Dispõe sobre a aposentadoria do servidor público policial, nos termos do § 4o do art. 40 da Constituição Federal. <u>(Redação dada pela Lei</u> Complementar n.º 144, de 2014)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º - O funcionário policial será aposentado:

- I. voluntariamente, com proveitos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial;
- II. compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos 65 anos (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados.
- Art. 1°. O servidor público policial será aposentado: (Redação dada pela Lei Complementar n.º 144, de 2014)
 - I. compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados; (Redação dada pela Lei Complementar n.º 144, de 2014) (Revogado pela Lei Complementar n.º 152, de 2015)
 - II. voluntariamente, com proventos integrais, independentemente da idade: (Redação dada pela Lei Complementar n.º 144, de 2014)
 - a. após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se homem; (Incluído pela Lei Complementar nº 144, de 2014)



















Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Pará

b. após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 (quinze) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se (Incluído pela Lei Complementar n.º 144, de 2014) mulher.

Art. 2°. Subsiste a eficácia dos atos de aposentadoria expedidos com base nas Leis n.º 3.313, de 14 de novembro de 1957, e 4.878, de 3 de dezembro de 1965, após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 1 de 17 de outubro de 1969.

Art. 3°. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

José Sarney **JOSÉ SARNEY**

Fernando Jyra **FERNANDO LYRA**



Link de acesso:

Lcp51







